

Para que não se reactive o contencioso

28.10.84.

por Carlos Cardoso

Em comunicado emitido esta semana, o Governo português reafirmou o seu apoio ao Acordo de Nkomati desmentiu «categoricamente» que membros seus estejam a manter contactos com elementos ligados ao banditismo armado, e considerou a declaração de Pretória de 3 de Outubro como «o quadro próprio para a implementação do Acordo de Nkomati».

O último parágrafo do comunicado é, talvez, o mais importante. Diz-se aí que o Governo português «aproveita para reafirmar o princípio segundo o qual não são consentidas nem toleradas em Portugal quaisquer actividades de organizações que ponham em causa as relações diplomáticas do nosso país com Terceiros Estados».

Este comunicado foi naturalmente recebido com agrado em Moçambique. Mas, se por um lado, o comunicado é positivo, por outro, ele aumenta ainda mais a expectativa em Moçambique e noutros países. E este sentimento é natural, na medida em que as coisas estão de tal forma que o Governo português sentiu a necessidade de reafirmar princípios já reiterados diversas vezes, a última pelo próprio Primeiro-Ministro português Mário Soares durante a sua recente visita a Moçambique.

A expectativa resume-se nisto: conseguirá o Governo de Mário Soares, de uma vez por todas, pôr termo às actividades das forças que, a partir de Lisboa, negam na prática os princípios anunciados pelo Governo?

Recapitulemos alguns aspectos do passado.

1 — Representantes do banditismo armado em Portugal — quase todos eles portugueses — têm reivindicado o assassinato de moçambicanos, o assalto e destruição de alvos sociais e económicos do Estado e entidades privadas moçambicanas, e a partir da capital portuguesa emitem «comunicados de guerra» contra Moçambique. Para utilizarmos os conceitos do próprio comunicado das autoridades portuguesas, isto põe em causa as relações diplomáticas de Portugal com Moçambique.

2 — Representantes dos bandidos armados em Lisboa têm reivindicado o rapto e assassinato de cidadãos de várias nacionalidades em Moçambique. Um destes representantes declarou em conferência de imprensa, em Lisboa, em meados deste ano, que os cidadãos estrangeiros em Moçambique são «alvos militares». Ainda dia 12 deste mês, em Lisboa, um porta-voz dos bandidos reivindicou o rapto de dois técnicos portugueses da empresa «Tá-mega». A reivindicação de um crime é em si, parte integrante desse crime.

E isto não tem a ver só com o relacionamento entre Moçambique e Portugal, porque entre os cidadãos rapta-

dos ou assassinados estão italianos, soviéticos, búlgaros, cidadãos da Grã-Bretanha, do Chile, do Sri Lanka, do Paquistão.

3 — Os porta-vozes dos bandidos na capital portuguesa têm reivindicado a destruição de interesses do Estado português em Moçambique. Só os prejuízos causados pelos bandidos a Portugal na linha de Cahora Bassa orçam os 200 milhões de dólares. Como é que os representantes do banditismo podem, em Lisboa, glorificar estas acções e o Governo português olhar para isso com total impassividade?

Para além da destruição de interesses do Estado e de empresas privadas portuguesas em Moçambique, os porta-vozes e outros representantes dos bandidos em Lisboa têm ameaçado de morte portugueses, principalmente empresários, que têm interesses em Moçambique.

Estes factores, aparentemente apenas relativos a Portugal e aos seus cidadãos, têm uma influência negativa nas relações de Moçambique com Portugal na medida em que perturbam profundamente o interesse estratégico da República Popular de Moçambique num relacionamento com Portugal, baseado nos princípios de reciprocidade de benefícios e da não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado.

Para além disto fica o sabor amargo de um fenómeno sem explicação racional. Portugal debate uma lei de segurança que visa, entre outras coisas, proteger os cidadãos portugueses e seus bens. A total imunidade com que os representantes do banditismo reivindicam o assassinato de portugueses em Moçambique deixa a sensação de que os portugueses residentes em Moçambique não são abrangidos por tal lei, a sensação de que esses portugueses são uma espécie de «cidadãos de segunda categoria».

4 — As autoridades portuguesas têm conhecimento de tudo isto porque tudo isto é matéria pública.

5 — Por tudo isto, a actividade dos porta-vozes dos bandidos em Portugal junto dos órgãos de informação portugueses, e estrangeiros acreditados em Lisboa, não pode ser vista como uma acção informativa normal que entraria nas regras que regem um sistema político pluripartidário.

As reivindicações de rapto e assassinatos, a propaganda sobre acções militares, as ameaças, os comunicados de guerra, tudo isto tem um nome. Chama-se guerra psicológica. Isto é, em palavras claras, um acto de guerra.

Nos dias que antecederam o comunicado do Governo

português, os representantes dos bandidos em Lisboa abriram completamente o jogo. Ao dizerem que querem a reinstalação do regulado em Moçambique e o regresso a Moçambique dos portugueses que cá viveram durante o tempo colonial, demonstraram finalmente quais as intenções da componente portuguesa do banditismo armado. Tudo, afinal de contas, se resume num termo: neocolonização.

Quando a bandeira da RPM subiu ao mastro no dia 25 de Junho de 1975, os povos moçambicano e português enterraram definitivamente o colonialismo que os impedia de construir um futuro de cooperação, de solidariedade, de fraternidade.

Mas as forças por detrás destes representantes públicos do banditismo foram ao caixão da História e de lá retiraram as exigências que os sectores mais retrógrados de Portugal puseram à mesa das negociações que antecederam o Acordo de Lusaka de 1974, exigências essas que resultaram no famoso e triste contencioso finalmente abandonado por Sá Carneiro.

O que as forças portuguesas que se aproveitaram da desestabilização rodésiano-sul-africana querem hoje é, nada mais nada menos, do que renegociar Lusaka. Mas Lusaka foi em 1974. Está feito. Essas forças pretendem conseguir-lo através de uma acção que emperre o presente exercício diplomático em Pretória, tentando fazer com que Pretória se desresponsabilize do compromisso que, ao mais alto nível, o Governo sul-africano assumiu.

Nenhuma força política portuguesa consciente de como, e para onde, caminha a História pode querer basear a sua actuação numa reedição do contencioso. Mas cabe às forças esclarecidas em Portugal, e principalmente ao Governo de Mário Soares, actuarem energeticamente contra os grupos que procuram minar completamente as relações entre Portugal e a RPM — para que essas relações possam aprofundar-se e para que o Governo português não seja alvo de acusações de conluio com o banditismo armado.

De uma vez para sempre, Dom Sebastião não é a esperança que vem dos túmulos de Alcácer Quibir. Ele é o futuro, difícil de construir, mas radioso, de um Portugal decidido a saborear na «relação privilegiada» defendida pela RPM, os benefícios imensos de um abraço finalmente descolonizado.